

Fortaleza-CE, 29 de maio de 2020.

Ainda não se consegue mensurar o impacto da Pandemia causada pelo Covid-19 e das medidas de isolamento social, levará tempo para de fato se possa compreender e dimensionar as mudanças dela decorrentes nas diversas esferas da vida social. A precariedade dos serviços públicos, acentuada com a Emenda Constitucional nº 95/2016 que foi aprovada no Governo Temer, deixa ainda mais evidente a necessidade de investimentos no Estado. Nunca o país precisou tanto de ciência, tecnologias e políticas públicas e, infelizmente, tem tão pouco a oferecer para o enfrentamento dessa crise, que depende do Sistema Único de Saúde e de seus servidores, apesar de toda a precarização e desvalorização impostas por medidas governamentais.

Na educação, a perversidade dos efeitos da Covid-19 ampliou a pressão sobre a categoria docente, funcionários e estudantes, especialmente das escolas públicas da educação básica, que se encontram em situação de risco, não só com a vida, mas também em seu direito à educação e às condições dignas de trabalho. O Estado brasileiro tem se mostrado incapaz de propor medidas consistentes para solucionar os problemas atuais. O que vemos são arremedos e improvisos, a adoção de pacotes educacionais e plataformas de aprendizagens que surgem como solução para os problemas emergentes, na verdade, trazem com o ensino remoto uma versão precarizada e limitada da modalidade de Educação a Distância (EaD), dispensando seus elementos essenciais, em especial, a formação e as garantias de acesso e condições de trabalho. A pauperização das reflexões, sobre as necessidades e possibilidades da Escola e de seus profissionais, tem, neste momento, servido apenas para transpor e agravar todas as desigualdades que já marcam a educação pública desde sua ampliação para a maior parte da população.

A virtualização dos processos educacionais alimenta um setor do capital que intensifica a exploração das(os) trabalhadoras(es) da educação e demanda nossa resistência, que começa na denúncia dessas falsas soluções, ausências da

participação de docentes, estudantes e familiares, exclusão de milhares de jovens de um direito basilar, a educação. O agora é, mais do que nunca, tempo para perguntar: *qual escola queremos?* As incertezas ainda são enormes, mas temos convicção de que a adoção de medidas aligeiradas implicará em baixa qualidade na educação, acentuará as desigualdades sociais e servirá para fragilizar o papel primordial da docência na Educação Básica e Superior no país.

É nesse contexto desafiador e adverso às atividades educacionais, que os Programas PIBID e Residência Pedagógica (RP) terão que atuar e buscar manter a essência do modelo que marcou a formação de professoras(es). Sem dúvida, esta é a continuidade da luta em defesa de um projeto de formação inicial, que, nesses últimos cinco anos, é marcado pelo combate aos cortes de bolsas, mudanças em propostas pedagógicas e até propostas do governo para a finalização do Pibid. Os embates se deram em espaços e com parcerias diversas, das escolas e das universidades ao Congresso Nacional, entre professores, estudantes, pesquisadoras(es) e parlamentares nas diversas esferas do poder público.

Toda essa trajetória de enfrentamentos e resistências tem proporcionando à professoras(es) e licenciandas(os) uma formação política, tão necessária ao exercício profissional da docência. Nesse processo, a análise da conjuntura e compreensão da correlação de forças nos fazem compreender os cenários, as possibilidades de atuação e as contradições a serem enfrentadas. Um exemplo dessa percepção é a atual relação 24 discentes/3 docentes da rede pública e 1 da instituição de ensino superior (IES), uma amarra que não conseguimos desvencilhar. Após o Golpe de 2016, resultando no impeachment da Presidenta Dilma, tudo ficou mais difícil, o canal de diálogo com a CAPES/MEC foi fragilizado e posteriormente interrompido. A nova fase do país também atingiu a atuação do Forpibid-rp junto ao Governo Federal e outros dilemas sociais nos fazem migrar esforços para manutenção de garantias essenciais, a democracia e a vida.

Como resultado, amargamos algumas derrotas no desenho do Pibid, mas a luta de todas e todos, no momento certo, evitou sua extinção. Destacamos, ainda nesse contexto, o Residência Pedagógica que teve sua proposta inicial distanciada de uma

ação praticista, por um modelo cuja experiência mostrava o caminho: a integração de sujeitos e espaços formativos, mesmo persistido outros elementos precarizantes, como a devolução de bolsas.

Desde 2018, novas questões entraram em pauta e o tensionamento feito teve efeito nas mudanças. Registramos conquistas significativas dos elementos apontados pelo Forpibid-rp nos Editais do PIBID e RP em 2020, como a garantia de retorno de Coordenadoras, Preceptoras, Supervisoras e Orientadoras, após período do exercício pleno da maternidade. Outros avanços foram o fim da exigência de equivalência da participação de residentes como estágio curricular obrigatório, resguardando a tão atacada autonomia universitária, o fim de descontinuidade institucionalizada no RP, com uma imposição de "quarentena" de 12 meses para coordenadoras(as) do RP e, ainda contraditório, hoje, a devolução de bolsas por residentes que têm regras objetivas e menos draconianas.

Reconhecemos, de certo, que o quadro econômico ainda impõe medidas duras, mas a ausência de diálogos implicou ajustes unilaterais que exigiram adequações apenas em um dos elementos da equação, as IES, dificultando a inserção de novas propostas e a manutenção das experiências em fase de conclusão. Atualmente, após a divulgação dos resultados, percebemos que as várias denúncias feitas sobre os cortes nos editais e \os déficits das procuras, tornaram ainda mais dilemática as relações intra institucionais, obrigando as IES realizarem disputas interna na escolha de subprojetos/núcleo que tiveram substancial investimento de docentes e que não serão contemplados com bolsas.

O resultado das concessões de cotas de bolsas é elemento que requer especial atenção: os cortes estão associados a competição que este certame impôs às IES. Esse princípio estimula disputas e ranqueamento, com tendência a enfraquecer o diálogo e a colaboração entre as IES. As fórmulas utilizadas favoreceram projetos que requisitaram um grande número de bolsas, dando-lhes maior chance de recebê-las e quanto menor o pedido, maior o impacto de cortes. Salientamos, contudo, que articulações prévias ao envio dos projetos institucionais seja a construção coletiva a ser estabelecida nas próximas edições de Pibid e RP nos Estados. A articulação e o

trabalho colaborativo entre as IES fortalecerá espaços de diálogos, de modo a equalizar vagas requisitadas individualmente e os limites estaduais.

Outro elemento que ficou presente nos editais, o qual foi problematizado pelo Forpibid-rp, a divisão nada natural entre áreas prioritárias e gerais para distribuição de cotas de bolsistas, cuja categorização não foi justificada ou esclarecida. A não pactuação dessas definições impôs às IES uma demanda pouco justa. Consideramos essa fragmentação um retrocesso fundado na falsa ideia de que há conhecimentos relevantes para a aprendizagem e outros que seriam assessoriais à formação dos jovens brasileiros.

Nessa perspectiva, os editais previram, pelo menos, 60% das vagas de bolsas para os núcleos envolvendo Matemática, Física, Química, Biologia, Ciências e Alfabetização. Este último, carregado com as ideologias que marcam o atual governo, pois se ancoram nas concepções da antiquada política nacional de alfabetização, recém retirada de um passado longínquo e revisitadas sob o jargão das evidências e apontam para o fim dos cursos de pedagogia, tal como se concebe hoje nas IES. A destinação dos outros 40% de cotas, implicou duplo corte para as demais áreas reforçando prejuízos à educação como processo formativo estruturado por todos os seus componentes curriculares. A CAPES/MEC desconsidera assim, as múltiplas faces que envolvem o complexo processo de ensino e aprendizagem e as inteligências múltiplas.

Tal como acontece em outros elementos das políticas educacionais, os editais do RP e PIBID privilegiaram iniciativas institucionais que aderissem à Base Nacional Comum Curricular e a lógica de habilidades e competências. Essas, por sua vez, circunscritas a um pragmatismo aplicacionista de "objetos de conhecimento", expressando projeto de esvaziamento curricular, sejam de conteúdos ou das autonomias escolares e docentes.

E o que fazer? Após a divulgação do Ofício nº 71/2020-DEB/CAPES, refutando as possibilidades de medida de diminuição dos impactos dos cortes, a exemplo da reorganização dos núcleos em formatos multidisciplinares, a Diretoria do Forpibid-rp avalia que o momento atual é para acumular forças em nossas bases, fortalecendo o

diálogo e a reflexão, para a próxima etapa da luta. Nesse momento de incertezas, a implementação dos Projetos Institucionais do Pibid e RP nas IES e nas Escolas parceiras, deverá estabelecer diálogos sobre as medidas assumidas e seu amadurecimento, já que as soluções não estão postas e isso demandará profunda avaliação, organizada de forma conjunta entre as instituições parceiras, sobre os trabalhos a serem desenvolvidos por todas e todos nas escolas.

Como forma de fortalecer e reorganizar as bases, em especial nesse momento de retomada de atividades, após as aprovações dos Editais nº 01 e nº 02 de 2020 da Capes, propomos momentos de formação e diálogo com Coordenadoras(es) Institucionais do Pibid e Residência Pedagógica. O Forpibid-rp, considerando as limitações de encontros presenciais, promoverá ciclo de *webnários* "**Programas de Formação Inicial de Professoras(es) da Educação Básica: Pibid e Residência Pedagógica em novos contextos educacionais**". Será espaço para marcar o recomeço, rearticular e estabelecer relações por Estados e, sem dúvida, ampliar o debate político em torno da formação de professores. O evento terá a seguinte programação e participação:

1. ***Forpibid-Rp, históricos e resistências - conhecer e engajar-se***
 - a. participantes: Alessandra Assis, Giceli Cervi, Sueli Mendonça e Nilson Cardoso
 - b. ementa: tratar do histórico dos programas e do fórum, imbricando a evolução das políticas, contextos de mobilização e as conquistas alcançadas.
 - c. data: 04/06 - das 17h às 18h30min
2. ***Políticas de Formação de Professoras(es): BNCC e BNFC***
 - a. participantes: Kátia Curado e Luis Dourado
 - b. ementa: dialogar sobre as atuais diretrizes da formação de professoras(es), as implicações nos processos formativos e possíveis resistências
 - c. data: 11/06 - das 17h às 18h30min
3. ***Educação em crise: só há saídas para virtualização nos processos educacionais?***
 - a. participantes: à confirmar
 - b. ementa: discutir a inserção do ensino remoto no contexto da pandemia, num cenário de precarização do ensino público e do avanço da EAD.
 - c. data: 18/06 - das 17h às 18h30min

4. *Programas de Formação Inicial de Professoras(es) da Educação Básica: epistemologias e política*

- a. participantes: Carmen Moreira de Castro Neves, Helena de Freitas e Hélder Eterno da Silveira.
- b. ementa: resgatar os princípios que nortearam a elaboração da política de formação e valorização do magistério da educação básica e como ela se traduz hoje.
- c. data: 25/06 - das 17h às 18h30min

O evento será transmitido pelo canal do Forpibid-rp no YouTube (<https://www.youtube.com/channel/UCCoCdJJfI6chyIbbJhiooxA>), e as inscrições devem ser feitas no formulário online (<https://forms.gle/ocX3ynYAbQRhbEq58>), com livre participação de coordenadoras(es) institucionais de área, professoras(es) orientadoras(es), havendo certificação para todas e todos. A programação poderá ser ampliada e momentos para Supervisoras(es)/Preceptoras(es) e bolsistas, serão planejados posteriormente, após suas seleções que ocorrerão nas próximas semanas.

E por fim, comunicamos que a realização do Encontro Nacional das Licenciaturas, associado aos Seminários Nacionais do Pibid e do Residência Pedagógica, tradicionalmente, agrega significativo quantitativo de professoras(es), pesquisadoras(es) e estudantes em torno do debate sobre a formação de professores no Brasil. No VII Enalic, em Fortaleza, foi decidido que a próxima sede do evento seria na Universidade de São Paulo, com previsão para realização em outubro de 2020, não fosse a pandemia. Considerando a grave situação sanitária da cidade e do Estado de São Paulo e as indefinições sobre os riscos para saúde de todas e todos, decidimos por adiar para o ano de 2021, possivelmente no final do segundo semestre, sujeito a novas decisões diante da excepcionalidade instalada pela pandemia de Covid-19.

Tempos difíceis, em que as certezas se dão em ações colaborativas, esperamos nos reencontrar nos webinários! Cuidem de si e dos seus, fiquem em casa.

Diretório Nacional do Forpibid-rp